

**Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Terceira Emissão do**

**PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
CNPJ/MF nº 05.891.990/0001-19

Administração e Distribuição - Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities  
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, São Paulo – SP

Rating das Quotas Sênior da série C: "AA(bra)" escala nacional Fitch Ratings Brasil

**R\$ 130.000.000,00**

Distribuição pública de 130 (cento e trinta) quotas sênior de uma única série, a série C ("Quotas Sênior"), da terceira emissão do PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Terceira Emissão" e "Fundo", respectivamente).

O objetivo do Fundo é proporcionar ao quotista a valorização de suas quotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito (conforme abaixo definido) originados por (i) Companhia Brasileira de Distribuição, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 47.508.411/0001-56 ("CBD"), (ii) Novasoc Comercial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.139.761/0001-17 ("Novasoc"), (iii) Sé Supermercados Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.545.828/0001-98 ("Sé"), e (iv) Sendas Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº. 06.057.223/0001-71 ("Sendas") (CBD, Novasoc, Sé e Sendas doravante designadas, em conjunto ou individualmente, as "Empresas Pão de Açúcar" ou "Cedente"), as quais, no curso normal de seus negócios, realizam vendas de produtos e serviços, sendo que tais vendas podem ser financiadas, dentre outros modos, por meio de: (a) cartão de crédito e (b) ticket de alimentação. Nos termos do Regulamento, somente poderão ser objeto de cessão, entre quaisquer das Empresas Pão de Açúcar e o Fundo, créditos oriundos de vendas de produtos ou serviços comercializados pelas próprias Empresas Pão de Açúcar, que sejam devidamente amparadas por documentação que comprove a origem do crédito para todos os fins de direito, e que tenham sido financiadas por cada uma das Empresas Pão de Açúcar, conforme segue: (i) se por meio de cartão de crédito, apenas em se tratando das bandeiras VISA (administradora Visanet), MASTERCARD (administradora Redecard) e AMEX e cartões de crédito emitidos por Financeira Itaú CBD (FIC) (doravante denominados os "Recebíveis de Cartão de Crédito"); e (ii) se por meio de tickets de alimentação, apenas em se tratando das seguintes bandeiras: Accor, Multiserviço, VR, Sodexo e Visavale (doravante denominados os "Recebíveis de Ticket", sendo os Recebíveis de Ticket e os Recebíveis de Cartão de Crédito doravante denominados, em conjunto, os "Direitos de Crédito"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, vide Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas Sênior são objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado ("Oferta"), que será conduzida pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador").

A Terceira Emissão é composta por 130 (cento e trinta) Quotas Sênior, com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um montante de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), e 425 (quatrocentas e vinte e cinco) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas", sendo as Quotas Subordinadas e as Quotas Sênior referidas, em conjunto, como "Quotas"), com preço inicial de emissão de R\$17.052,87 (dezesete mil, cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos) cada uma, totalizando um montante de R\$7.247.469,75 (sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos). Não há valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Terceira Emissão. As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pelas Empresas Pão de Açúcar, nos termos do "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", celebrado entre as Empresas Pão de Açúcar e o Administrador.

O Fundo foi constituído em 18 de setembro de 2003 e seu regulamento, conforme aditado, foi registrado no 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, em 25 de setembro de 2007, sob nº 1.809.338 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM nº 356/01"), e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do custodiante do Fundo ou dos Cedentes, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco, nas páginas 21 a 24 deste Prospecto.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas (conforme definido neste Prospecto), e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à taxa de administração cobrada pelo Administrador; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto, e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram a Carteira.

O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo".



"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para os Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM. Os Cedentes não prestarão quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.



A data deste Prospecto é 26 de setembro de 2007

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA .....</b>	<b>13</b>
2.1. Características da Oferta .....	14
2.2. Negociação das Quotas .....	17
2.3. Custos da Oferta .....	17
2.4. Outras Informações .....	18
2.5. Identificação dos demais Prestadores de Serviços ao Fundo .....	19
2.6. Declaração do Administrador .....	20
<b>3. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>21</b>
3.1. Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros .....	22
3.2. Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito .....	23
3.3. Riscos de Liquidez.....	23
3.4. Riscos Operacionais envolvendo o Fundo .....	23
3.5. Riscos de Descontinuidade .....	24
3.6. Outros Riscos .....	24
<b>4. PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....</b>	<b>25</b>
4.1. Base Legal.....	26
4.2. Público Alvo.....	26
4.3. Administração .....	26
4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo .....	28
4.5. Agência Classificadora de Risco .....	29
4.6. Auditoria .....	29
4.7. Objetivo de Investimento .....	29
4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira .....	29
4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas .....	30
4.10. Amortização e Resgate das Quotas .....	33
4.11. Assembléia Geral de Quotistas .....	34
4.12. Avaliação dos Ativos do Fundo .....	35
4.13. Eventos de Liquidação do Fundo.....	35
4.14. Enquadramento da Razão de Garantia .....	36
4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo .....	37
4.16. Forma de Divulgação de Informações .....	37
4.17. Atendimento aos Quotistas .....	38

4.18. Taxa de Administração e demais Encargos do Fundo .....	38
4.19. Regras de Tributação do Fundo .....	39
<b>5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO .....</b>	<b>42</b>
5.1. Direitos de Crédito .....	43
5.2. Política de Cadastro e Concessão de Crédito .....	43
5.3. Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito .....	43
5.4. Procedimentos referentes à Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes à Liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis .....	44
<b>6. O CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>47</b>
6.1. CBD .....	48
6.2. Novasoc .....	48
6.3. Sé .....	48
6.4. Sendas .....	49
<b>7. OS DEVEDORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>50</b>
7.1. Visanet .....	51
7.2. Redecard .....	51
7.3. AMEX .....	51
<b>8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA .....</b>	<b>52</b>
7.1. Informações sobre as Partes .....	53
7.2. Relacionamento entre as Partes .....	54
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>55</b>
<b>Anexo I</b> - Sumário dos Contratos da Operação	
<b>Anexo II</b> - Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e realização da Terceira Emissão, bem como do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	
<b>Anexo III</b> - Relatório de Classificação de Risco das Quotas Sênior	
<b>Anexo IV</b> - Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos	
<b>Anexo V</b> - Declaração firmada pelo Diretor Responsável do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400/03	

## 1. INTRODUÇÃO

---

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

<b>Administrador</b>	Na Data de Emissão, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	Na Data de Emissão, a agência classificadora de risco contratada pelo Fundo para realizar a avaliação de risco das Quotas Sênior era a Fitch Ratings Brasil Ltda.
<b>Agente de Cobrança</b>	Na Data de Emissão, a CBD, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.
<b>Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	Na Data de Emissão, a CBD, na qualidade de agente de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.
<b>Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios</b>	Na Data de Emissão, as Empresas Pão de Açúcar, na qualidade de agentes de guarda física e conservação dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.
<b>Anúncio de Início</b>	O anúncio de início da distribuição pública das Quotas Sênior da Terceira Emissão.
<b>Assembleia Geral</b>	A Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	Os títulos de emissão do Tesouro Nacional; títulos de emissão do Banco Central do Brasil; créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; depósitos bancários ou outros títulos e valores mobiliários de renda fixa que tenham recebido classificação de baixo risco de crédito concedido por agência de classificação de risco no País; quotas de fundos de investimento da classe DI e fundos de investimento da classe renda fixa administrados ou não pelo Administrador, exceto quotas do Fundo de Desenvolvimento Social;

	operações compromissadas, até o limite de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas, os quais poderão compor o patrimônio líquido do Fundo que não seja alocado em Direitos de Crédito Elegíveis.
<b>Auditores Independentes</b>	Na Data de Emissão, a empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras era a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes.
<b>Banco Central</b>	O Banco Central do Brasil.
<b>Benchmark</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior da Terceira Emissão, correspondente a variação da Taxa DI acrescida de <i>spread</i> correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano.
<b>BOVESPA</b>	A Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.
<b>Carteira</b>	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros.
<b>CBD</b>	A Companhia Brasileira de Distribuição S.A.
<b>Cedente</b>	As Empresas Pão de Açúcar, como originadores e cedentes de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, individualmente ou em conjunto.
<b>CMN</b>	O Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/MF</b>	O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior</b>	O “Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Sênior e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e os subscritores das Quotas Sênior, quando da subscrição de Quotas Sênior.
<b>Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas</b>	O “Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e cada Cedente, quando da subscrição de Quotas Subordinadas.
<b>Compromisso de Subscrição de Quotas</b>	O Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior e o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas,

<b>Condições de Cessão</b>	quando referidos em conjunto ou individualmente. As condições mínimas de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas e atendidas pelo Cedente antes de cada cessão ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e conforme indicadas na Seção 5 deste Prospecto. O Cedente será o único responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão.
<b>Contrato de Cessão</b>	O “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Custodiante. O Contrato de Cessão estabelece os termos e condições que devem ser observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, bem como disciplina a prestação dos serviços da CBD, na qualidade de Agente de Cobrança, e das Empresas Pão de Açúcar, na qualidade de Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios.
<b>Contrato de Custódia</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado com o Custodiante. O Contrato de Custódia estabelece as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.
<b>Contratos da Operação</b>	O Contrato de Cessão em conjunto com o Contrato de Custódia, referentes ao funcionamento do Fundo e/ou às operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento, Contrato de Cessão e neste Prospecto,



<b>Custodiante</b>	a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
<b>CVM</b>	Na Data de Emissão, o Banco Itaú S.A.
<b>Data de Emissão</b>	A Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Aquisição e Pagamento</b>	A data da realização da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, que deliberou a realização da Terceira Emissão de Quotas do Fundo.
<b>Devedores</b>	Cada data em que for verificada a ocorrência cumulativa dos eventos referidos no item 5.4.1. deste Prospecto, quando as operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, serão consideradas formalizadas e concluídas.
<b>Dia Útil</b>	Os devedores dos Recebíveis de Cartão de Crédito e dos Recebíveis de Ticket, quando referidos em conjunto.
<b>Direitos de Crédito</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados no estado ou na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de São Paulo. Será considerado como dia útil, para fins do disposto no Regulamento e neste Prospecto, o dia 31 de dezembro de cada ano, exceto se sábado ou domingo.
<b>Direitos de Crédito Elegíveis</b>	Os Recebíveis de Cartão de Crédito e os Recebíveis de Ticket, quando referidos em conjunto.
<b>Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	Os Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Os Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos pelos respectivos devedores nas respectivas datas de vencimento.
	Os documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exeqüibilidade dos Direitos de Crédito e respectivas garantias, conforme o caso.

<b>Empresas Pão de Açúcar</b>	A CBD, a Novasoc, a Sé e a Sendas.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Quaisquer dos eventos indicados no item 4.13. deste Prospecto.
<b>Financeira Itaú CBD</b>	A Financeira Itaú CBD S.A.
<b>Fundo</b>	O Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
<b>Grupo Rabobank</b>	O Banco Rabobank International Brasil S.A. e/ou sociedades integrantes do mesmo grupo econômico e seus respectivos administradores e acionistas controladores
<b>Instrução CVM n.º 356/01</b>	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 400/03</b>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Operações de Câmbio.
<b>IOF/Títulos</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
<b>Novasoc</b>	A Novasoc Comercial Ltda.
<b>Oferta</b>	A distribuição pública da Terceira Emissão de Quotas Sênior do Fundo.
<b>Prazo de Colocação</b>	O prazo máximo de 180 dias corridos contados da data do registro da Oferta na CVM, durante o qual poderão ser subscritas Quotas Sênior objeto da Oferta. O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do Prazo de Colocação, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço de emissão inicial e unitário das Quotas do Fundo no âmbito da Primeira Emissão.
<b>Procedimentos de Cobrança</b>	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descritos no Regulamento e no Anexo IV deste Prospecto.

<b>Prospecto</b>	Este Prospecto de distribuição pública de Quotas Sênior da Terceira Emissão do Fundo, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Quotas</b>	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas Sênior</b>	As quotas sênior do Fundo.
<b>Quotas Subordinadas</b>	As quotas subordinadas do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior para fins de pagamento de amortização e resgate, conforme descrito no Regulamento.
<b>Quotista</b>	O titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas.
<b>Razão de Garantia</b>	O resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Subordinadas pelo valor total do patrimônio líquido, conforme disposto no Regulamento.
<b>Recebíveis de Cartão de Crédito</b>	Direitos creditórios originados pelas Empresas Pão de Açúcar, mediante vendas de produtos e serviços financiadas, por meio de cartão de crédito das bandeiras VISA (administradora Visanet), MASTERCARD (administradora Redecard) e AMEX e cartões de crédito emitidos por Financeira Itaú CBD (FIC).
<b>Recebíveis de Ticket</b>	Direitos creditórios originados pelas Empresas Pão de Açúcar, mediante vendas de produtos financiadas, por meio de ticket de alimentação das bandeiras Accor, Multiserviço, VR, Sodexho e Visavale.
<b>Redecard</b>	Redecard S.A.
<b>Regulamento</b>	O Regulamento do Fundo e seus anexos.
<b>Relatório de Cessão</b>	O documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, que identificará os Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como suas características.
<b>Sé</b>	A rede Sé Supermercados Ltda.
<b>Sendas</b>	A Sendas Distribuidora S.A.
<b>Taxa de Administração</b>	A remuneração mensal devida ao Administrador,

<b>Taxa DI</b>	conforme prevista no Regulamento e neste Prospecto. A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>Extra Grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis).
<b>Terceira Emissão</b>	A terceira emissão de Quotas do Fundo, composta por 130 Quotas Sênior, no valor inicial e unitário de R\$ 1.000.000,00, e 425 Quotas Subordinadas, no valor inicial e unitário de R\$ 17.052,87, totalizando o montante de R\$ 137.247.469,75.
<b>Termo de Adesão</b>	O “Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo.
<b>Termo de Negociação</b>	O documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, que regulará a cessão de Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, bem como identificará tais Direitos de Crédito e o seu respectivo preço de aquisição.
<b>Visanet</b>	Visanet Brasil S.A.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto ou nos Contratos da Operação.

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

<b>Número da Emissão</b>	Terceira
<b>Montante Total da Oferta</b>	R\$137.247.469,75 (cento e trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).
<b>Quantidade de Classes</b>	2 (duas), sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.
<b>Quantidade de Séries de Quotas Sênior</b>	Uma única série, a série C.
<b>Quantidade de Quotas Sênior</b>	130 (cento e trinta).
<b>Quantidade de Quotas Subordinadas</b>	425 (quatrocentas e vinte e cinco).
<b>Preço de Emissão</b>	O preço inicial de emissão das Quotas Sênior da Terceira Emissão foi fixado em R\$ 1.000.000,00 por Quota Sênior, totalizando a Oferta, na Data de Emissão, o valor de R\$ 130.000.000,00.
<b>Forma de Integralização das Quotas Sênior</b>	As Quotas Sênior serão integralizadas mediante chamadas parciais de capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas, (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ou (ii) por meio de qualquer instrumento de transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.
<b>Preço de Integralização das Quotas Sênior</b>	A integralização das Quotas Sênior será feita pelo Preço de Emissão.
<b>Amortização e Resgate das Quotas Sênior</b>	As Quotas Sênior serão totalmente amortizadas e resgatadas em 26 de maio de 2008.
<b>Administrador/Distribuidor</b>	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.
<b>Negociação</b>	As Quotas não serão registradas para negociação no mercado secundário.
<b>Público Alvo</b>	As Quotas Sênior representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas única e exclusivamente pelo Grupo Rabobank. As Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelas Empresas Pão de Açúcar.

<b>Inadequação Investimento</b>	<b>do</b>	A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.
<b>Informações Adicionais</b>		Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

---

#### 2.1.1. A Oferta

As Quotas Sênior da Terceira Emissão são objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Quotas a ser colocada no âmbito da Oferta.

#### 2.1.2. Público Alvo

A Oferta é destinada exclusivamente ao Grupo Rabobank.

#### 2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Sênior

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03.

#### 2.1.4. Quantidade de Quotas da Terceira Emissão e Quantidade de Quotas Sênior Objeto da Oferta

A Terceira Emissão é composta por 130 (cento e trinta) Quotas Sênior e 425 (quatrocentas e vinte e cinco) Quotas Subordinadas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas não são objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pelas Empresas Pão de Açúcar, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

#### 2.1.5. Preço de Emissão e Preço de Integralização das Quotas Sênior no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas Sênior da Terceira Emissão foi fixado em R\$ 1.000.000,00 por Quota Sênior, na Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 130.000.000,00.

A integralização das Quotas Sênior da Terceira Emissão será realizada pelo valor correspondente ao Preço de Emissão.

#### 2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior da Terceira Emissão durante o Prazo de Colocação

As Quotas Sênior da Terceira Emissão serão subscritas e integralizadas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à taxa de administração cobrada pelo Administrador; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto, e (c) da



possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram a Carteira.

As Quotas Sênior da Terceira Emissão deverão ser subscritas durante o Prazo de Colocação, ou seja, em até 180 dias contados da data do registro da Oferta perante a CVM. O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do Prazo de Colocação, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior da Terceira Emissão que não sejam subscritas dentro do Prazo de Colocação serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembleia Geral.

A integralização das Quotas da Terceira Emissão do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. A integralização de Quotas Sênior da Terceira Emissão será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão.

Eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Administrador aos investidores pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de (i) modificação da Oferta e o investidor não aceitar essa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Sênior serão integralmente restituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação do investidor nesse sentido, deduzidos dos encargos e tributos devidos. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Administrador referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Quotas Sênior já integralizadas.

#### *2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta*

<b>Início da Oferta</b>	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Colocação</b>	As Quotas Sênior da Terceira Emissão devem ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 dias contados da data do registro da Oferta junto à CVM.
<b>Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores</b>	Com o início da Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas Sênior da Terceira Emissão no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao

	Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do Prazo de Colocação e até 2 dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos boletins de subscrição das Quotas Sênior.
<b>Distribuição junto ao público</b>	As Quotas Sênior serão subscritas, única e exclusivamente, pelo Grupo Rabobank.
<b>Subscrição e Integralização das Quotas Sênior</b>	<p>As Quotas Sênior da Terceira Emissão serão subscritas e integralizadas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à Taxa de Administração; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto, e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram a Carteira.</p> <p>A integralização das Quotas Sênior da Terceira Emissão do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional. A integralização de Quotas Sênior da Terceira Emissão será feita pelo valor correspondente ao Preço de Emissão.</p>
<b>Modificação ou Revogação da Oferta</b>	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.
<b>Prazo para manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores, na hipótese de modificação das condições da Oferta</b>	Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.
<b>Prazo para restituição de valores aos investidores na hipótese de modificação ou revogação da Oferta</b>	Em caso de (i) modificação da Oferta e o investidor não aceitar essa modificação ou (ii) revogação da Oferta, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas Sênior serão integralmente restituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da manifestação do investidor nesse sentido, deduzidos dos encargos e tributos devidos.
<b>Divulgação do Resultado</b>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta,

<b>da Oferta</b>	por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, qual seja, o Diário Comércio Indústria & Serviços.
------------------	--

#### 2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada investidor interessado em adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

#### 2.1.9. Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Sênior Objeto da Oferta

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior da Terceira Emissão, o *Benchmark*. O *Benchmark* das Quotas Sênior da Terceira Emissão não representa e nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior da Terceira Emissão não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior da Terceira Emissão.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

## 2.2. Negociação das Quotas

As Quotas Sênior não serão registradas para negociação no mercado secundário.

As Quotas do Fundo não poderão ser alienadas em negociações privadas ou públicas, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

## 2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo indica os custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<b>Custo da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao Preço por Quota</b>
Comissão de Coordenação	-	-
Comissão de Colocação	-	-
Despesas de Registro	82.870,00	0,000829%
Publicações	35.000,00	0,000350%
Agências Classificadoras de Risco	20.000,00	0,000200%
Consultores Legais	100.000,00	0,001000%
Auditores Independentes	-	-
<b>Total</b>	<b>237.870,00</b>	<b>0,002379%</b>
<b>Custo Unitário de Distribuição</b>		
<b>Preço por Quota (R\$)*</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>	
1.000.000,00	1.829,77	

\*com base no Preço de Emissão na Data de Emissão

<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</b>
130.000.000,00	237.870,00

Os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente são incorridos pelo Fundo no decorrer de suas atividades, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta.

Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela colocação das Quotas Sênior da Terceira Emissão, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas Sênior da Terceira Emissão.

As despesas relacionadas ao registro da Oferta das Quotas Sênior da Terceira Emissão serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e o disposto neste Prospecto.

## **2.4. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicadas abaixo, sendo que o Regulamento, o Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

O Administrador designou o Sr. Antônio Joel Rosa como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta.

### **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Antônio Joel Rosa

Tel.: (21) 3806-0838

Fax.: (21) 2509-0893

Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br

Website: www.concordia.com.br

### **Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3233-8686

Fax: (21) 3233-8356

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097  
Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

## **2.5. Identificação dos demais Prestadores de Serviços ao Fundo**

### *Custodiante*

Banco Itaú S.A.  
Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº. 100, Torre Itaúsa  
São Paulo – SP

At.: Sra. Rosa de Fátima da Costa Machado  
Tel.: (11) 5529-1760  
Fax: (11) 5029-4708  
Website: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

### *Assessoria Legal*

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados  
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447  
São Paulo – SP

At.: Sra. Marina Procknor e Sr. André Costa De Vita  
Tel.: (11) 3147-7600  
Fax: (11) 3147-7770  
Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)/[acdevita@mattosfilho.com.br](mailto:acdevita@mattosfilho.com.br)

### *Auditores Independentes*

Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes  
Avenida Francisco Matarazzo, n.º 1400, Torre Torino  
São Paulo – SP

At.: Sr. João Manoel dos Santos  
Tel.: (11) 3674-2000  
Fax: (11) 3674-2060  
Website: [www.pwc.com](http://www.pwc.com)

### *Agência Classificadora de Risco*

Fitch Ratings Brasil Ltda.  
Rua Bela Cintra, n.º 904, 4º andar  
São Paulo – SP

At.: Sr. Jayme Bartling  
Tel.: (11) 4504-2600  
Fax: (11) 4504-2601  
Website: [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br)

## **2.6. Declaração do Administrador**

---

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela distribuição das Quotas da Terceira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

### **3. FATORES DE RISCO**

---

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento do Fundo e à composição da Carteira, bem como os fatores de risco descritos a seguir.*

### 3.1. Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

---

Os ativos financeiros integrantes da Carteira estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. A Instituição Administradora, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, será responsabilizada por qualquer depreciação dos bens da Carteira ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide parágrafos abaixo deste item.

Os ativos financeiros integrantes da Carteira estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

Os ativos financeiros integrantes da Carteira estão também sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

A precificação dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações descritos no manual de precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado ("mark-to-market"), poderão ocasionar



variações nos valores dos ativos financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

### **3.2. Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito**

---

As Empresas Pão de Açúcar somente têm responsabilidade pela devida origem e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos devedores. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos devedores e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas previstas nos respectivos Suplementos. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

### **3.3 Riscos de Liquidez**

---

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas quotas a qualquer momento, os quotistas podem ter dificuldade em vender suas quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em direitos de crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais direitos de crédito. Caso o Fundo precise vender os direitos de crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais direitos de crédito poderá causar perda de patrimônio do Fundo.

### **3.4. Riscos Operacionais envolvendo o Fundo**

---

Nos termos do Contrato de Cessão, a CBD será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis. O descumprimento, pela CBD, de suas obrigações na qualidade de Agente de Cobrança do Fundo, pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas.

Nos termos do Contrato de Cessão, as Empresas Pão de Açúcar serão responsáveis pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, na qualidade de fiéis depositárias. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelas Empresas Pão de Açúcar pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos direitos de crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos direitos de crédito, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas do Fundo.

As Empresas Pão de Açúcar, o Fundo, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A CBD, na qualidade de Agente de Cobrança do Fundo, será responsável por cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos procedimentos descritos no Regulamento, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos de Crédito Inadimplidos serão recuperados.

### **3.5. Riscos de Descontinuidade**

---

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas de amortização e/ou resgate previstas nos respectivos Suplementos, na ocorrência de Eventos de Liquidação ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

As Empresas Pão de Açúcar não serão obrigadas a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso as Empresas Pão de Açúcar decidam terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos creditórios que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

### **3.6. Outros Riscos**

---

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas por cada um.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, das Empresas Pão de Açúcar, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

A realização de operações no mercado de derivativos pelo Fundo poderá acarretar variações no seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas.

#### **4. PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

## **PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

*Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Base Legal**

---

O Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/01 e a Instrução CVM n.º 356/01. O Fundo é regulado pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, estando sujeito, ainda, aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado na ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

### **4.2. Público Alvo**

---

As Quotas Sênior representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas única e exclusivamente pelo Grupo Rabobank. As Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas pelas Empresas Pão de Açúcar.

### **4.3. Administração**

---

O Fundo é administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08.

O Administrador, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como aquelas constantes do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da Carteira, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais.

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do Fundo;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- g) os relatórios dos Auditores Independentes;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores devidos ao Fundo, diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV - disponibilizar aos Quotistas, diariamente, por meio eletrônico, e manter sempre disponíveis, em sua sede e nas instituições que sejam eventualmente contratadas para colocar quotas do Fundo, o

valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor de suas quotas, bem como a relação entre o patrimônio líquido e as Quotas Sênior;

V - publicar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor de suas quotas;

VI – divulgar e manter sempre disponíveis, em sua sede e nas instituições que sejam eventualmente contratadas para colocar quotas do Fundo, as respectivas rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;

VII - custear as despesas de propaganda do Fundo;

VIII – fornecer, anualmente, aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

IX - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo; e

X – providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das quotas sênior do Fundo.

A divulgação das informações previstas no incisos V e VI do parágrafo acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação dessas informações.

É vedado ao Administrador:

I - prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de margens de garantias em operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e

III - efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional integrantes da Carteira, conforme disposto no artigo 11, parágrafo 6º, do Regulamento.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

I - prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, exceto quando se tratar de margens de garantias em operações realizadas em mercados de derivativos;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no regulamento;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir quotas do próprio Fundo;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas no Regulamento e na regulamentação aplicável;

VI - vender quotas do Fundo a prestação;

VII - vender quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;

VIII - prometer rendimento predeterminado a investidores;

IX - fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a delegação a terceiros devidamente identificados, conforme permitida nos termos da regulamentação em vigor;

XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e

XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

#### **4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo**

As atividades de custódia dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e de escrituração das Quotas do Fundo previstas na regulamentação em vigor serão exercidas pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº. 100, Torre Itaúsa, Parque do Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.701.190/0001-04.

A custódia dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão de responsabilidade do Custodiante, bem como serão registrados e/ou mantidos, conforme o caso, (i) em conta de depósito aberta diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e

de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia e tendo em vista a expressiva quantidade de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, o Custodiante deverá, na qualidade de instituição responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada do Fundo, realizar a verificação, trimestralmente, por amostragem, do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis, ou seja, dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, ressalvada a sua faculdade de realizar auditorias no Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios, caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Quotistas.

A verificação por amostragem do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis será realizada em conformidade com os procedimentos descritos no Anexo I ao Regulamento.

Em decorrência do disposto nos parágrafos acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

#### **4.5. Agência Classificadora de Risco**

---

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo era a Fitch Ratings Brasil Ltda.. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

Na data deste Prospecto, a classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Sênior era "AA(bra)" em escala nacional.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior que não seja considerado um Evento de Avaliação nos termos do Regulamento não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, exceto pela comunicação aos Quotistas.

#### **4.6. Auditoria**

---

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da atuação do Administrador.

#### **4.7. Objetivo de Investimento**

---

O objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito.

#### **4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira**

---

O Fundo deve alocar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito.

O Fundo deverá observar os critérios de diversificação de carteira e de concentração de risco junto ao respectivo devedor, relativamente aos Direitos de Crédito que vier a adquirir nos termos do Regulamento, conforme descrito abaixo, sendo que os percentuais indicados abaixo se referem ao total do patrimônio líquido do Fundo. Observado o disposto no Artigo 1º, Parágrafo 2º, e Artigo 23, Parágrafo 3º, do Regulamento, o Fundo está dispensado do cumprimento do disposto no Artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01, nos termos do Artigo 40-A, Parágrafo 4º, inciso I, da Instrução CVM 356/01.

<b>Espécies de Direitos Creditórios (Diversificação de Carteira)</b>	<b>Percentual (%) Mínimo de Concentração</b>	<b>Percentual (%) Máximo de Concentração</b>
Recebíveis de Cartão de Crédito	30%	95%
Recebíveis de Ticket	1%	5%

<b>Devedores (Diversificação de Risco)</b>	<b>Percentual (%) Máximo de Concentração</b>
<b>Recebíveis de Cartão de Crédito</b>	
Visanet (VISA)	30%
Redecard (MASTERCARD)	30%
Financeira Itaú CBD (FIC)	30%
AMEX	10%
<b>Recebíveis de Ticket</b>	
Accor	2,5%
Multiserviço	2,5%
VR	2,5%
Sodexho	2,5%
Visavale	2,5%

Com relação aos Recebíveis de Cartão de Crédito, as Empresas Pão de Açúcar envidarão seus melhores esforços para manter níveis mínimos de concentração, relativamente ao patrimônio líquido do Fundo, de 2% (dois por cento) por devedor. Eventuais desenquadramentos de tais níveis mínimos de concentração deverão ser imediatamente informados pelo Custodiante ao Administrador, que por sua vez (i) intercederá junto às Empresas Pão de Açúcar para que tomem as medidas necessárias, de forma a fazer com que o Fundo observe tais níveis mínimos de concentração e (ii) caso tais desenquadramentos não sejam sanados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comunicará imediatamente tais ocorrências a todos os Quotistas.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será aplicada nos Ativos Financeiros.

Qualquer alteração na política de alocação de recursos, relativamente à parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, dependerá de deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira que todos os Quotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de suas quotas, observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento.

As operações do Fundo em mercados de derivativos, nos termos do disposto no Regulamento, podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros quanto no de balcão, mas, neste último caso, desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Custodiante, do Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

#### **4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas**

##### **4.9.1. Patrimônio Inicial**



As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) classes, sendo uma única classe de Quotas Sênior, dividida em 3 (três) séries, a série A, a série B e a série C, e uma única classe de Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas do Fundo serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas pelo Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Quotas.

As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Regulamento, sendo que cada emissão de quotas do Fundo será descrita em suplemento próprio, de acordo com o modelo constante do Anexo II do Regulamento.

#### *4.9.2. Direitos Patrimoniais*

As Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior em circulação.

#### *4.9.3. Direitos de Voto das Quotas*

As Quotas, independentemente da classe ou série, terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

#### *4.9.4. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas*

Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Custodiante.

#### *4.9.5. Oferta Pública de Quotas Sênior*

As Quotas Sênior serão objeto de Oferta registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, as quais deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da Oferta.

O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no parágrafo acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembléia Geral.

O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior, observado o disposto no Regulamento.

#### *4.9.6. Subscrição das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pelo Cedente*

As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas pelas Empresas Pão de Açúcar, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que as Empresas Pão de Açúcar se comprometem a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, até o encerramento da Oferta, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Terceira Emissão.

#### *4.9.7. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo*

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) firmará o respectivo Compromisso de Subscrição de Quotas, e (iii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à Taxa de Administração; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e na Seção 3 deste Prospecto, e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram a Carteira.

As Quotas Sênior serão subscritas nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas e integralizadas mediante chamadas parciais de capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Subscrição de Quotas. As Quotas Subordinadas do Fundo serão subscritas e integralizadas à vista, pelas Empresas Pão de Açúcar, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, pelas Empresas Pão de Açúcar e o Fundo.

A integralização das Quotas Sênior será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão. A integralização das Quotas Subordinadas será feita pelo valor da Quota Subordinada no dia da integralização, calculada de acordo com o disposto no Regulamento.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada (i) por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional.

#### *4.9.8. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior*

As Quotas Sênior terão seu valor unitário calculado em todos os dias úteis para efeito de determinação de seu valor de amortização ou resgate.

O valor unitário das Quotas Sênior de cada emissão/série será calculado de acordo com a fórmula constante do respectivo suplemento, que fará parte integrante e inseparável do Regulamento.

#### *4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas*

O valor unitário das Quotas Subordinadas corresponderá ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Sênior emitidas e em circulação, apurado conforme o respectivo suplemento, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação.

#### *4.9.10. Negociação das Quotas do Fundo*

As Quotas Sênior não serão registradas para negociação no mercado secundário.

As Quotas do Fundo não poderão ser alienadas em negociações privadas ou públicas, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

#### *4.9.11. Classificação de Risco das Quotas Sênior*

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas por Agência Classificadora de Risco especializada contratada pelo Fundo, sendo que, na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a Fitch Ratings Brasil Ltda.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior que não seja considerado um Evento de Avaliação, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto, não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador, pelo Custodiante e/ou pelos Quotistas, exceto pela comunicação aos Quotistas na forma do Regulamento e deste Prospecto.

#### **4.10. Amortização e Resgate das Quotas**

---

Não haverá resgate de Quotas, a não ser pelo término do prazo de duração da respectiva emissão/série de Quotas ou pela liquidação do Fundo, ressalvadas, porém, as amortizações previstas nos respectivos suplementos ou conforme determinado em Assembléia Geral ou, ainda, por força das normas vigentes.

As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante deliberação da totalidade dos Quotistas, tomada em Assembléia Geral, na qual deverão ser determinados os termos e condições da amortização extraordinária a ser realizada. As amortizações extraordinárias de que trata este parágrafo deverão ser realizadas observada a Razão de Garantia.

Em todas as amortizações de Quotas, conforme previstas nos respectivos suplementos, o Administrador deverá atuar diligentemente de forma a compatibilizar tais amortizações com os prazos médios da Carteira indicados no Artigo 12, parágrafo 5º, alínea “b”, observado o disposto no Artigo 13, ambos do Regulamento.

Exclusivamente para os fins das amortizações previstas no suplemento correspondente a cada emissão de Quotas Sênior ou para o resgate das Quotas, o Administrador deverá, em caráter de exceção e somente pelo prazo necessário para tanto, a partir do 60º (sexagésimo) dia anterior a cada data de amortização de Quotas, bem como da data de resgate das Quotas, (i) interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito, (ii) segregar e manter destacados em sua contabilidade todas as disponibilidades diárias havidas com o recebimento do valor de integralização de Quotas e/ou do pagamento dos Direitos de Crédito e dos demais ativos componentes da Carteira, os quais serão destinados única e exclusivamente ao pagamento, conforme o caso, do valor da próxima amortização ou do resgate de Quotas, (iii) deixar de observar o limite mínimo de composição de carteira indicado no Artigo 11, Parágrafo 3º, do Regulamento. Desta forma, eventual desenquadramento de tal limite nos termos aqui indicados não ensejará a liquidação antecipada do Fundo nem tampouco representará descumprimento, pelo Administrador e/ou pelas Empresas Pão de Açúcar, das obrigações a elas cabíveis nos termos do Regulamento.

Uma vez pagas as amortizações ou feitos os resgates mencionados no parágrafo anterior, o Administrador deverá, inclusive intercedendo junto às Empresas Pão de Açúcar, restabelecer o limite mínimo de composição de carteira indicado no Artigo 11, Parágrafo 3º, do Regulamento o mais rápido possível. Caso tal limite mínimo não seja restabelecido dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis do referido pagamento da amortização ou resgate, o Administrador deverá observar o disposto no Regulamento quanto à liquidação antecipada do Fundo.

Nas amortizações e no resgate, inclusive para fins de imputação de perdas às Quotas Subordinadas, será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do pagamento respectivo, calculado nos termos do respectivo suplemento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

#### **4.1.1. Assembléia Geral de Quotistas**

---

Será de competência privativa da Assembléia Geral:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- b) alterar o regulamento do Fundo;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- d) deliberar sobre a elevação ou redução da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- e) deliberar sobre a emissão de novas quotas e amortização de quotas em outras datas que não aquelas estabelecidas nos suplementos;
- f) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- g) alterar os direitos e vantagens atribuídos a cada classe ou série de quotas do Fundo;
- h) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo, quando for o caso; e
- i) deliberar sobre a alteração do Contrato de Cessão.

O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, observado que somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; (ii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exercer cargo em quaisquer das Empresas Pão de Açúcar.

A convocação da Assembléia Geral far-se-á, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista, ou, por correio eletrônico, dos quais constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência de sua realização, contado tal prazo da data do envio de carta com aviso de recebimento, ou, ainda, do envio do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as cartas ou os correios eletrônicos aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião.

Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Quotistas possuidores de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Quotas emitidas e em circulação.

Na Assembléia Geral, a ser instalada, em primeira convocação, com a presença de Quotistas representando pelo menos 90% do patrimônio líquido do Fundo e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 1 (um) Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria dos Quotistas presentes, correspondendo a cada Quota um voto, independentemente da classe ou série.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (a), (c) (com relação a este inciso quando se aplicará o disposto no caput do Artigo 18 do Regulamento), (d), (e), (f) (com relação a este inciso, exceto no que se refere à liquidação do Fundo, quando então se aplicará o disposto no caput do Artigo 18 do Regulamento), (g), (h) e (i) acima, serão tomadas, em primeira convocação, pelos Quotistas representando 90% do patrimônio líquido do Fundo e, em segunda convocação, pela maioria dos Quotistas presentes à Assembléia Geral.

As hipóteses de liquidação do Fundo serão tomadas de acordo com o disposto no *caput* do Artigo 18 do Regulamento.

Têm qualidade para comparecer e votar na Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano.

#### **4.12. Avaliação dos Ativos do Fundo**

---

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor do patrimônio líquido da Carteira, serão observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor.

Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos de Crédito integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos, correspondentes ao deságio sobre o seu valor de face líquido, feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento. Os demais ativos da Carteira serão contabilizados e ajustados a valor de mercado, com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, desde que de acordo com as regras do Banco Central e da CVM aplicáveis ao Fundo.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM. O Fundo levantará balancete no fim de cada mês e balanço anual em 31 de dezembro de cada ano.

#### **4.13. Eventos de Liquidação do Fundo**

---

Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável e no Regulamento, o Fundo poderá ser liquidado, mediante deliberação de seus Quotistas titulares de Quotas Sênior reunidos em Assembléia Geral, na ocorrência dos seguintes Eventos de Liquidação:

- a) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou pedido ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra quaisquer das Empresas Pão de Açúcar;
- b) término do Contrato de Cessão;
- c) a ocorrência de protesto legítimo e reiterado de títulos contra quaisquer das Empresas Pão de Açúcar, cujo valor agregado ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente

- comprovado pelas Empresas Pão de Açúcar, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis de sua ocorrência;
- d) a não observância dos limites de diversificação de riscos previstos no Regulamento, inclusive em função de ocorrência de eventos que impossibilitem a manutenção de tais limites, como fusões ou reorganizações societárias entre os devedores dos Recebíveis de Cartão de Crédito e Recebíveis de Tickets, ou, ainda, por qualquer outra razão;
  - e) a ocorrência de eventos que façam com que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior fique inferior a 100/95;
  - f) rebaixamento do *rating* das Quotas Sênior, de qualquer série ou emissão, para classificação em nível inferior a "AA-(bra)", de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela *Fitch Ratings Brasil Ltda.*;
  - g) flexibilização das regras correntemente utilizadas pelas Empresas Pão de Açúcar em matéria de cobrança dos devedores dos Direitos de Crédito e política de concessão de crédito aos seus clientes, em condições julgadas inaceitáveis pelos Quotistas;
  - h) descumprimento, pelas Empresas Pão de Açúcar, da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados que representem, no mínimo, e a todo momento, 80% (oitenta por cento) da Carteira;
  - i) o inadimplemento (observados eventuais períodos de cura), por parte de quaisquer das Empresas Pão de Açúcar, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros ou qualquer agência ou subsidiária da *Cooperative Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank B.A.*, consubstanciadas por meio de contrato de empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira ("Contrato com Terceiro") e que, a exclusivo critério do Administrador e/ou dos Quotistas representando a maioria das Quotas Sênior, possa afetar a situação financeira e/ou operacional de quaisquer das Empresas Pão de Açúcar, exceto se estas estiverem, de boa-fé, judicialmente discutindo a validade de suas respectivas obrigações;
  - j) a ocorrência de qualquer fato ou evento que cause a aceleração e/ou o vencimento antecipado das obrigações de quaisquer das Empresas Pão de Açúcar nos termos de um Contrato com Terceiro, ou que permita ao credor das respectivas obrigações acelerar tais obrigações ou requerer o pré-pagamento, a recompra ou resgate da dívida delas decorrentes; e
  - k) não cancelamento do saldo de Quotas eventualmente não subscrito durante uma determinada distribuição de Quotas, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias descrito no Artigo 27, Parágrafo 1º, do Regulamento, exceto se de outra forma autorizado pela CVM, após solicitação nesse sentido pelo Administrador.

Com relação aos Eventos de Liquidação contidos nos incisos "b", "d" (excetuada a ocorrência de quaisquer eventos que impossibilitem a manutenção dos limites de diversificação de riscos previstos no Regulamento, inclusive em função de fusões ou reorganizações societárias entre os devedores dos Recebíveis de Cartão de Crédito e Recebíveis de Tickets ou por qualquer outra razão), "e", "f", "h" e "k", o Administrador será responsável por prontamente informar os Quotistas de sua ocorrência, bem como por convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo. O Administrador não terá responsabilidade sobre a observância da ocorrência dos demais eventos elencados no parágrafo acima que ensejarem a liquidação do Fundo, exceto se e à medida que os mesmos sejam notórios ao público em geral. Portanto, tornando-se notórios tais eventos, o Administrador deverá prontamente comunicá-los aos Quotistas e convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo.

Nas hipóteses descritas no parágrafo imediatamente acima, caso a Assembléia Geral delibere pela não liquidação do Fundo, será facultado aos titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão da Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo o direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, pelo valor das mesmas à época.

#### **4.14. Enquadramento da Razão de Garantia**

Nos termos do Contrato de Cessão, se, a qualquer tempo, a Razão de Garantia corresponder a percentual inferior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, durante um período de 10 (dez) dias corridos ou 20 (vinte) dias intercalados dentro de um mesmo semestre, o titular de Quotas Sênior poderá deliberar pela amortização parcial ou total das Quotas, e, conforme o caso, dar por terminado o Contrato de Cessão.

#### **4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

---

O Administrador deverá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como, sem prejuízo de outros exemplos previstos na regulamentação em vigor, a eventual alteração da classificação de risco das Quotas Sênior, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da Carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O Administrador deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da Carteira, abrangendo dados sobre o desempenho esperado e o realizado e outras informações que os Quotistas vierem razoavelmente a solicitar.

O Administrador deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM. O Fundo levantará balancete no fim de cada mês e balanço anual em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras do Fundo serão colocadas à disposição na sede do Administrador ou na CVM, nos endereços indicados abaixo:

##### **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo – SP

Tel.: (21) 3806-0838

Fax.: (21) 2509-0893

Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br

Website: [www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)

##### **Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3233-8686

Fax: (21) 3233-8356

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### **4.16. Forma de Divulgação de Informações**

---

A divulgação das informações previstas no item acima será feita por meio de publicação no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços, utilizado para a divulgação de informações do Fundo, bem como mediante correio eletrônico, ou, ainda, por meio da página mantida pelo Administrador na *internet* ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)). Ademais, as informações serão disponibilizadas para os Quotistas na sede e agências do Administrador e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.

Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

#### **4.17. Atendimento aos Quotistas**

---

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

**Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**

Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Antônio Joel Rosa

Tel.: (21) 3806-0838

Fax.: (21) 2509-0893

Correio Eletrônico: [joelrosa@concordia.com.br](mailto:joelrosa@concordia.com.br)

Website: [www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)

#### **4.18. Taxa de Administração e demais Encargos do Fundo**

---

O Administrador receberá, pelos serviços de administração e gestão da Carteira, uma Taxa de Administração de 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada por Dia Útil, com base no percentual referido acima, sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que a somatória dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo Administrador:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas dos Auditores Independentes encarregados da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;



- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo, ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- j) despesas com o representante dos Quotistas nomeado nos termos do Artigo 15 do Regulamento.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a Carteira, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do Fundo, devem correr por conta do Administrador.

O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída ou performance.

#### **4.19. Regras de Tributação do Fundo**

---

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.19.1. Tributação Aplicável ao Fundo*

###### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

###### CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

###### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

##### *4.19.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo*

###### IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate ou das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

###### IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

### CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38%; e/ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0%; e pelos (ii) Quotistas residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central.

### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (a) a residência dos Quotistas: (i) no Brasil; e (ii) no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a cessão ou alienação de Quotas; (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

#### I. Quotistas Residentes no Brasil:

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

#### II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de (i) residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal"); ou (ii) não residirem em país ou jurisdição não considerados Paraíso Fiscal.

#### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) estão isentos em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

#### II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

## **5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

## OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

### 5.1. Direitos de Crédito

---

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo buscará adquirir Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, de titularidade do Cedente, representados por Recebíveis de Cartão de Crédito e Recebíveis de Ticket, de modo que o Fundo, nos termos da sua política de investimento, mantenha, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido aplicado em Direitos de Crédito.

### 5.2. Política de Cadastro e Concessão de Crédito

---

Nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, o Cedente será responsável por somente ofertar ao Fundo créditos oriundos de vendas de produtos ou serviços comercializados pelas próprias Empresas Pão de Açúcar, que sejam devidamente amparadas por documentação que comprove a originação do crédito, para todos os fins de direito, e que tenham sido financiadas por cada uma das Empresas Pão de Açúcar, conforme segue: (i) se por meio de cartão de crédito, apenas em se tratando das bandeiras VISA (administradora Visanet), MASTERCARD (administradora Redecard) e AMEX e cartões de crédito emitidos por Financeira Itaú CBD (FIC) (Recebíveis de Cartão de Crédito); e (ii) se por meio de tickets de alimentação, apenas em se tratando das seguintes bandeiras: Accor, Multiserviço, VR, Sodexo e Visavale (Recebíveis de Ticket).

A política de originação dos Recebíveis de Cartão de Crédito e dos Recebíveis de Ticket, bem como de concessão de crédito das Empresas Pão de Açúcar, é realizada em observância a uma série critérios rígidos e seguros, dentre os quais destacam-se:

- (i) nas vendas por cartão de crédito: são observados os procedimentos ajustados com as respectivas companhias emissoras de cartões de crédito, devendo-se observar que as compras com cartão de crédito são efetuadas apenas através de terminal eletrônico apropriado e dentro dos limites de crédito pré-aprovados por tais companhias emissoras para a utilização de seus cartões; e
- (ii) nas vendas com ticket: são observados os procedimentos ajustados com as respectivas companhias emissoras de ticket, devendo-se observar que as compras com ticket são efetuadas apenas através de terminal eletrônico apropriado.

### 5.3. Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

---

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo devem atender às seguintes regras estabelecidas entre as Empresas Pão de Açúcar e o Administrador no Contrato de Cessão, para serem passíveis de aquisição pelo Fundo:

- (i) no caso de Direitos de Crédito representados por Recebíveis de Cartão de Crédito e/ou Recebíveis de Tickets, terem sido eles gerados (i) por sistema eletrônico e (ii) em conformidade com as regras ajustadas entre cada uma das Empresas Pão de Açúcar e os respectivos devedores de tais Recebíveis de Cartão de Crédito e/ou Recebíveis de Tickets, e (iii) terem os respectivos devedores concordado, prévia e expressamente, com a cessão de tais recebíveis ao Fundo, inclusive para fins de creditar os pagamentos devidos na conta que ele, Fundo, designar;
- (ii) terem os Direitos de Crédito prazos médios de vencimento que não excedam os limites abaixo:

<b>Espécie</b>	<b>Prazo Médio de Vencimento</b>
Recebíveis de Cartão	144 dias
Recebíveis de Ticket	30 dias

- (iii) estarem os Direitos de Crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, e não estarem os Direitos de Crédito vencidos na data da respectiva cessão ao Fundo;
- (iv) no caso de Direitos de Crédito representados por Recebíveis de Cartão de Crédito da Financeira Itaú CBD, ter o cliente responsável pela compra do produto ou serviço que tiver originado Direitos de Crédito cadastro (com informações completas) perante a respectiva Empresa Pão de Açúcar Cedente de tais Direitos de Crédito;
- (v) a aquisição dos Direitos de Crédito não acarretar percentuais (relativamente ao patrimônio líquido do Fundo) de diversificação da Carteira e de concentração de risco junto ao respectivo devedor de tais Direitos de Crédito fora dos limites referidos no Artigo 11, parágrafo 4º, do Regulamento e no item 4.8. deste Prospecto; e
- (vi) no caso de Direitos de Crédito de titularidade da Sendas, estar a gestão dos negócios da referida Cedente sob controle da CBD.

O Custodiante será exclusivamente responsável pela verificação e validação do atendimento aos critérios e regras constantes somente dos incisos “(ii)” e “(v)” do parágrafo acima (Critérios de Elegibilidade), na forma estabelecida no Regulamento e no Contrato de Cessão. A verificação do atendimento às demais regras estabelecidas no parágrafo acima (Condições de Cessão) será realizado e confirmado pelas Empresas Pão de Açúcar ao Administrador, também nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

#### **5.4. Procedimentos referentes à Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes à Liquidação dos Direitos de Crédito Elegíveis**

##### *5.4.1. Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo*

A consumação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão, é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes:

- (i) acordo entre o Cedente e o Fundo acerca do preço de cessão;
- (ii) formalização da cessão nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão;
- (iii) enquadramento dos Direitos de Crédito na política de investimento do Fundo, conforme constante do Regulamento;
- (iv) enquadramento dos Direitos de Crédito nos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão previstas no Regulamento e na Cláusula 3ª do Contrato de Cessão; e
- (v) inexistência de qualquer violação ou infração, por qualquer das partes, ao disposto no Contrato de Cessão.

A cessão dos Direitos de Crédito do Cedente para o Fundo será considerada formalizada na data em que ocorrerem os seguintes eventos:

- (a) verificação e validação, pelo respectivo Cedente e pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão;
- (b) disponibilidade de recursos pelo Fundo;
- (c) pagamento do preço de aquisição, nos termos do Contrato de Cessão; e
- (d) notificação do devedor, nos termos do Contrato de Cessão.

Na Data de Aquisição e Pagamento, o Cedente enviará ao Administrador e ao Custodiante, em meio magnético, Relatório de Cessão, que deverá ser arquivado pelas partes, inclusive pelo Custodiante, e representará o documento comprobatório da consumação da cessão de Direitos de Crédito entre as partes, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores do Cedente, bem como do Fundo.

Pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Fundo pagará ao respectivo Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado de acordo com o disposto nas Cláusulas Sexta e Sétima do Contrato de Cessão, respeitadas as condições de negociação de cada operação de cessão constantes do Termo de Negociação.

A cessão realizada na forma estabelecida no Contrato de Cessão será irrevogável e irretratável, com a transferência ao Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, garantias, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

Nenhum Cedente se responsabiliza pela solvência ou solvibilidade dos respectivos devedores dos Direitos de Crédito, respondendo apenas pela existência, liquidez, certeza e boa formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis.

Cada Cedente se obriga a entregar ao Custodiante, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da solicitação que lhe for feita nesse sentido, os seguintes documentos relativos aos Direitos de Crédito: (i) confirmação do respectivo devedor quanto ao valor dos Direitos de Crédito e suas respectivas condições de pagamento; e (ii) confirmação do respectivo Cedente quanto aos dados (cupom fiscal) da correspondente compra e venda que tiver originado os Recebíveis de Cartão de Crédito e os Recebíveis de Tickets.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cessão, na eventualidade de quaisquer das informações relativas a um determinado Direito de Crédito deixar de ser confirmada, deverá o respectivo Cedente solucionar a pendência em no máximo 2 (dois) dias contados a partir do envio da informação contendo negativa de confirmação, seja mediante a substituição de tal Direito de Crédito ou, ainda, por meio da devolução do valor correspondente ao preço de aquisição pago por tal Direito de Crédito, devidamente ajustado, até o seu efetivo crédito ao Fundo, com base na mesma taxa de desconto aplicada à compra de tal Direito de Crédito.

Os Direitos de Crédito compreendem, além dos Recebíveis de Cartão de Crédito e dos Recebíveis de Tickets, todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, inclusive seguros feitos em relação a tais direitos creditórios ou a títulos que os representem.

O Fundo e cada Cedente poderão ajustar, de comum acordo e observadas (a) as regras de precificação estabelecidas no Contrato de Cessão para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo e (b) a rentabilidade pretendida pelo Fundo na realização de Direitos de Crédito por ele adquiridos, nos termos do Contrato de Cessão, a permuta de Direitos de Crédito já cedidos ao Fundo por outros Direitos de Crédito, desde que os Direitos de Crédito a serem permutados pelo Fundo não se encontrem vencidos e não pagos.

#### *5.4.2. Custódia dos Documentos Comprobatórios*

Cada Cedente, na qualidade de Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios, manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

O Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios garantirá, nos seus horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Administrador e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por estes indicados, aos Documentos Comprobatórios.

Caso o Administrador necessite de quaisquer dos Documentos Comprobatórios, para fins de ajuizamento de ação para a cobrança de quaisquer dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Cedente e, conforme o caso, o Custodiante, permanecerão responsáveis pelo fornecimento de tais documentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responderem pelos prejuízos que assim forem causados ao Fundo.

#### *5.4.3. Agente de Cobrança*

A CBD, na qualidade de Agente de Cobrança do Fundo, que será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Os recursos provenientes da cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Agente de Cobrança nos termos descritos acima e no Contrato de Cessão serão transferidos para conta de titularidade e indicada pelo Fundo.

#### *5.4.4. Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos*

A CBD, na qualidade de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, que será responsável por observar os Procedimentos de Cobrança para os Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.



## 6. O CEDENTE

---

## **O CEDENTE**

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos na aquisição de Direitos de Crédito de titularidade das Empresas Pão de Açúcar (Cedente), a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes às Empresas Pão de Açúcar.

### **6.1. CBD**

---

Fundada em 1948 pelo imigrante português Valentim dos Santos Diniz, com a abertura de sua primeira loja, a CBD foi pioneira no setor varejista de alimentos no Brasil e deu início a maior rede de supermercados do País com a abertura de seu primeiro supermercado em 1959.

A CBD é a maior rede varejista de alimentos do Brasil em faturamento e em número de lojas, tendo sido responsável em 2006 por 13,3% das vendas brutas do setor varejista de alimentos, de acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Supermercados. A atividade preponderante da CBD é a distribuição e a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios, bem como de não-alimentos, tais como artigos de vestuário, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, e outros produtos que completam suas linhas de hipermercados, supermercados e lojas especializadas.

Na data deste Prospecto, Novasoc, Sé e Sendas eram sociedades controladas e/ou coligadas, direta ou indiretamente, da CBD.

### **6.2. Novasoc**

---

Em 10 de maio de 1999, a CBD adquiriu 10% do capital social da Novasoc, no entanto a CBD detém o controle efetivo da sociedade. Os outros quotistas da Novasoc não têm direito a veto ou outros direitos de participação ou proteção. De acordo com o contrato social da Novasoc, a apropriação do lucro líquido não precisa ser proporcional à participação de cada quotista na Novasoc, sendo que, na Reunião de Quotistas da Novasoc, realizada em 29 de dezembro de 2000, foi acordado que a CBD participaria com 99,98% dos resultados da Novasoc.

A Novasoc concentra suas principais atividades na comercialização de produtos manufaturados, semi-manufaturados ou "in natura", bem como na industrialização, manipulação, transformação, exportação, e importação de produtos, alimentícios ou não. A Novasoc atua, ainda, no comércio internacional, inclusive de café.

### **6.3. Sé**

---

Em 30 de junho de 2002, a CBD adquiriu a rede de supermercados Sé, com 60 lojas localizadas em 20 municípios do Estado de São Paulo, com faturamento bruto de R\$ 1,044 bilhão em 2001, pelo preço de R\$ 375 milhões.

A aquisição da Sé permitiu a consolidação da CBD na posição de líder no mercado varejista e o reforço de sua forte presença no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2006, a CBD detinha 92% do capital social da Sé, que, por sua vez, possuía uma participação direta na Sendas Distribuidora correspondente a 42,57% do capital total.

Além das atividades voltadas ao comércio em geral de produtos manufaturados ou "in natura" e à industrialização e manipulação de produtos alimentícios e não alimentícios, a Sé tem como principais objetivos atividades de distribuição, bem como de agente e representante comercial.

#### **6.4. Sendas**

---

Em 5 de fevereiro de 2004, Sendas S.A. e CBD assinaram um acordo de associação, por meio do qual concluíram uma associação mediante o aporte, em uma nova sociedade denominada Sendas Distribuidora S.A. (a Sendas), dos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de varejo da Sendas S.A. e da CBD no Estado do Rio de Janeiro. A nova sociedade foi constituída com a participação de 50% do capital votante para a Sendas S.A. e 50% do capital votante para a CBD, cabendo à CBD o exercício da administração da sociedade.

Essa controlada concentra a atividade de varejo da CBD e da Sendas S.A. em todo o Estado do Rio de Janeiro. A Sendas tem como principais atividades o comércio em geral de produtos manufaturados ou “in natura”, industrialização e manipulação de produtos alimentícios ou não, bem como a exploração de serviços de comunicação, publicidade e propaganda de bares, lanchonetes e restaurantes. A Sendas atua, ainda, como distribuidora, agente e representante comercial, e no transporte rodoviário de cargas em geral e armazenamento de próprios produtos.

## **7. OS DEVEDORES**

---

## OS DEVEDORES

Tendo em vista que o pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis deverão ser realizados pelos Devedores, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes aos Devedores que, individualmente, de acordo com a política de investimento do Fundo, nos termos do Regulamento e do Prospecto, são responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito Elegíveis.

### 7.1. Visanet

---

Uma das maiores e mais seguras redes de pagamento eletrônico do Brasil, a VisaNet é uma das empresas líderes no mercado brasileiro de meios eletrônicos de pagamento. É adquirente, ou "acquirer" da marca Visa no Brasil, o que significa que (i) é a responsável pela afiliação e relacionamento com os estabelecimentos comerciais que aceitam cartões Visa como forma de pagamento e; (ii) desenvolve e realiza a gestão da plataforma tecnológica de captura e o processamento das transações com os cartões dessa bandeira no Brasil.

Ademais, a VisaNet Brasil desenvolve e oferece serviços de monitoramento, captura e processamento de transações eletrônicas para a Visa Vale, bandeiras particulares e instituições financeiras.

Com apenas 10 anos de operação, a VisaNet é uma das dez maiores organizações do mundo em seu ramo de atividade, possuindo importantes alicerces na capilaridade de rede afiliada, na disponibilização de tecnologia de ponta, na segurança e na garantia de recebimento.

### 7.2. Redecard

---

Criada em 1996, a Redecard é a empresa responsável pela captura e transmissão de transações dos cartões de crédito e débito das Bandeiras MasterCard®, Mastercard® Maestro®, RedeShop®, MasterCard Electronic™, Maestro® e Diners Club International®. Oferece ainda, outros produtos e serviços, incrementando os negócios dos estabelecimentos comerciais credenciados.

Ao longo dos últimos anos, a Redecard consolidou-se como uma grande empresa de transações de cartões de crédito e débito, oferecendo diversos produtos, serviços e meios de captura.

### 7.3. Financeira Itaú CBD

---

Em 27 de outubro de 2004, foi celebrado um acordo de parceria entre o Banco Itaú Holding Financeira S.A. e a CBD com o objetivo de constituir a Financeira Itaú CBD. A Financeira Itaú CBD atua na estruturação e comercialização de produtos e serviços financeiros e correlatos para os clientes da CBD, tendo assumido efetivamente as operações de financiamento a clientes da CBD e suas controladas a partir do terceiro trimestre de 2005. A CBD participa, indiretamente, em 50% do capital social da Financeira Itaú CBD. A presente associação, que tem prazo inicial de duração de 20 anos a contar da celebração do referido acordo, podendo ser prorrogado, trouxe sinergias operacionais permitindo a ampliação e aprimoramento da atual oferta de serviços e produtos aos clientes da CBD, incluindo, dentre outros, cartões de crédito *private label* (de uso restrito nas lojas da CBD), cartões com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. A gestão operacional da Financeira Itaú CBD é de responsabilidade do Banco Itaú Holding Financeira S.A.

## **8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

### 8.1. Informações sobre as Partes

---

#### 8.1.1. O Administrador

Com 21 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, o Administrador é uma das líderes em seu segmento, ocupando as primeiras colocações no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, o Administrador tem em seus quadros mais de 140 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BOVESPA e na Bolsa de Mercadorias & Futuros, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

O Administrador administra aproximadamente R\$ 3,6 bilhões em investimentos no mercado financeiro, tanto de clientes institucionais e pessoas físicas, que buscam na corretora rentabilidade e solidez para suas aplicações.

A gestão de recursos é um dos principais focos do Administrador, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos. Entre os fundos de renda fixa, um dos destaques é o Concórdia Extra FI Renda Fixa, premiado por seu desempenho, ano após ano, por publicações como o Guia Exame e Valor Investe.

O Administrador também é reconhecido no mercado pela administração e gestão de fundo de investimento em direitos creditórios, representando aproximadamente um montante de R\$ 1,7 bilhão.

Neste contexto o Administrador está estruturado e capacitado para prestar os melhores serviços de gestão de recursos de terceiros, que associado aos sólidos processos de controles internos, proporciona os retornos dentro dos riscos compatíveis com os objetivos de seus clientes.

#### 8.1.2. O Custodiante

O Custodiante presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhão em ativos. É o maior custodiante do País, conforme dados da Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

O Custodiante tem uma tradição de mais de 30 (trinta) anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente o Custodiante controla mais de R\$ 1,35 trilhão em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimentos e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados a operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

## **8.2. Relacionamento entre as Partes**

---

### *8.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento em direitos creditórios, tais como o Fundo, que têm como custodiante o Custodiante.

### *8.2.2. Relacionamento das Empresas Pão de Açúcar com o Administrador e o Custodiante*

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Administrador não prestava nenhum outro serviço ou mantinha qualquer outro relacionamento comercial com as Empresas Pão de Açúcar.

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial com as Empresas Pão de Açúcar além daqueles descritos neste Prospecto.



## 9. ANEXOS

---

## **ANEXO I**

### **Sumário dos Contratos da Operação**

#### *Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças*

O Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Cedente, com a interveniência e anuência do Custodiante, e que estabelece os termos e condições que devem ser observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo, bem como disciplina a prestação dos serviços da CBD, na qualidade de Agente de Cobrança, e das Empresas Pão de Açúcar, na qualidade de Agente de Depósito de Documentos Comprobatórios.

#### *Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios*

O Contrato de Custódia celebrado com o Custodiante. O Contrato de Custódia estabelece as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.

## **ANEXO II**

**Cópia da Deliberação de Alteração do Regulamento e realização da Terceira Emissão,  
bem como do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto**

## **ANEXO III**

### **Relatório de Classificação de Risco das Quotas Sênior**

## ANEXO IV

### Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Os seguintes procedimentos básicos deverão ser adotados pelo Administrador e pela CBD no que se refere à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos (ou títulos que os representam):

- (I) procedimentos extrajudiciais: no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o vencimento e não pagamento de determinado Direito de Crédito, seja ele de que espécie for, o Administrador instruirá a CBD para que notifique extrajudicialmente o respectivo devedor para quitar o débito dentro de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da notificação;
- (II) procedimentos judiciais:
  - a. Recebíveis de Cartão - se, mesmo após notificado na forma do item "I" acima, o devedor permanecer inadimplente, o seguinte ocorrerá: (i) o Administrador instruirá a CBD para que contrate escritório especializado em cobrança para cobrar judicialmente os referidos Direitos de Crédito (inclusive para protestar tais Direitos de Crédito ou os títulos que os representem), não obstante o disposto na política de cobrança correntemente utilizada pela CBD, e (ii) a partir do 4º (quarto) dia após o vencimento (inclusive) e independentemente do disposto no item (i) acima, caso o devedor do Fundo ainda esteja em mora, o Administrador deverá contabilizar tais Direitos de Crédito vencidos como perda e fazer provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo, observado o disposto no Artigo 20, parágrafo 3º, do Regulamento;
  - b. Recebíveis de Ticket - se, mesmo após notificado na forma do item "I" acima, o devedor permanecer inadimplente, o seguinte ocorrerá: (i) o Administrador instruirá a CBD para que contrate escritório especializado em cobrança para cobrar judicialmente os referidos Direitos de Crédito (inclusive para protestar tais Direitos de Crédito ou os títulos que os representem), não obstante o disposto na política de cobrança correntemente utilizada pela CBD, e (ii) a partir do 4º (quarto) dia após o vencimento (inclusive) e independentemente do disposto no item (i) acima, caso o devedor do Fundo ainda esteja em mora, o Administrador deverá contabilizar tais Direitos de Crédito vencidos como perda e fazer provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo, observado o disposto no Artigo 20, parágrafo 3º, do Regulamento.

Caso os Direitos de Crédito Inadimplidos sejam de alguma forma recuperados (quer mediante pagamento pelos respectivos devedores, cobrança, ou outra maneira) após o provisionamento de perdas acima referido, o Administrador deverá então (i) reverter a provisão e (ii) outorgar poderes à CBD para que providencie a reabilitação do devedor junto ao SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), conforme o caso.

## **ANEXO V**

**Declaração firmada pelo Diretor Responsável do Administrador, nos termos do artigo  
56 da Instrução da CVM n.º 400/03**

